

VARIAÇÃO, MUDANÇA E NÃO MUDANÇA LINGUÍSTICA: RESSIGNIFICANDO O CONSERVADORISMO LINGUÍSTICO NO PORTUGUÊS DO BRASIL

por *Patrícia Rafaela Otoni Ribeiro (UFJF)¹* e *Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda (UFJF)²*

RESUMO

O presente trabalho objetiva ressignificar a compreensão do conservadorismo linguístico no português do Brasil. Sob a ótica da Teoria da Variação e Mudança Linguística e das Redes Sociais (*Social Networks*), busca-se entender a variação, a mudança e a não mudança, com atenção especial à manutenção linguística (MILROY, 1992) diante de variantes em disputa. Com o enfoque na variação na marcação de número nos sintagmas nominais e verbais, defende-se que as motivações extralinguísticas para a alta frequência da variante ausência de concordância em uma determinada comunidade de fala estão relacionadas ao processo de formação história do português brasileiro e à polarização rural/urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Variação e Mudança Linguística. Conservadorismo linguístico. Contato. Redes Sociais. Marcação de número.

INTRODUÇÃO

No Brasil, desde o início dos estudos sociolinguísticos desenvolvidos sob a ótica da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972, 1982, 1994, 2001), muitos esforços foram empenhados para a compreensão da variação e da mudança linguística em diversos fenômenos linguísticos. Entretanto, o tratamento da não mudança não se deu com a mesma intensidade. Assim, na maior parte dos estudos brasileiros, a não mudança (ou conservadorismo linguístico ou manutenção linguística) ficou em segundo plano e/ou restrita à comparação entre o português do Brasil e o português Europeu.

Sobre esse último aspecto, o enfoque dado à busca de uma explicação para a “origem” do português brasileiro, como o debate sobre criouliização ou deriva, parece ter obscurecido um ponto importante: o fruto dos contatos linguísticos no processo da formação linguística do país. Assim sendo, a partir da consideração do português do Brasil como uma língua autônoma (compreendido mediante a sua sócio-história), torna-se possível conceber o conservadorismo linguístico através do percurso histórico das variantes, contrapondo variante conservadora/variante inovadora, isto é, qual variante é

1. Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da UFJF.

2. Professora Adjunta da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pós-doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutora em Linguística pela Universidade Feral de Minas Gerais.

mais antiga e qual variante é mais recente no território brasileiro, de modo contextualizado e situado espaço-temporalmente.

Com o intuito de evidenciar como é de suma importância resgatar o uso do termo “conservadorismo linguístico” nos estudos sociolinguísticos, destaca-se um dos princípios apontados na obra clássica *Empirical foundations for a theory of language change* (1968), de Uriel Weinreich, William Labov e Marvin I. Herzog: o de que nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade.

Nessa direção, o presente estudo tem o objetivo de refletir sobre a situação linguística encontrada no município mineiro denominado Oliveira Fortes. Mediante pesquisa sociolinguisticamente orientada, foi observado um elevado uso de variantes linguísticas características da variedade rural do português brasileiro, dentre as quais a ausência de marcação explícita de número – ou seja, a ausência de concordância – nos elementos do sintagma nominal (*as pessoa*) e verbal (*nós vai*) se destaca por ocorrer de forma sistemática entre todos os moradores, inclusive entre os mais escolarizados.

Tal constatação levantou a hipótese de uma situação de conservadorismo linguístico, uma vez que, na história do português brasileiro, a supressão das formas de plural tem sido apontada como uma das características mais marcantes dos primeiros séculos, em que o país foi essencialmente rural, ao passo que a marcação de plural em todos os elementos teria sido difundida, posteriormente, por influência da urbanização e da crescente escolarização da população no território brasileiro. Em Oliveira Fortes-MG, especificamente, o conservadorismo linguístico seria motivado pela socio-história do município e pela configuração das redes sociais dos falantes (MILROY, 1980, 1987, 2004; MILROY & MILROY, 1985; BORTONI-RICARDO, 1985, 2011), que se mantêm, ainda hoje, fortemente marcadas pela ruralidade.

Com a finalidade de defender a hipótese do conservadorismo linguístico na comunidade investigada, serão apresentados os argumentos teóricos e históricos que fundamentam o conservadorismo linguístico no português brasileiro e, posteriormente, serão analisados os dados da pesquisa. Espera-se, dessa forma, contribuir para a ressignificação do conservadorismo linguístico e para a compreensão da realidade linguística de muitas outras localidades distribuídas ao longo do território nacional que vivem em situações correlatas às de Oliveira Fortes-MG.

1. A VARIAÇÃO, A MUDANÇA E A NÃO MUDANÇA LINGUÍSTICA

Os estudos sobre a variação e mudança linguística são orientados e motivados a responder a uma questão central: *como, onde e por que ocorre determinada mudança linguística?* Assim, considera-se que o estudo da mudança leva em conta sua trajetória, cujas fases envolvem variantes linguísticas em coexistência e competição dentro de uma determinada comunidade e a sobrepujança de uma sobre a outra ao longo do tempo (LABOV, 1982, p. 20). Porém, quando não há a sobrepujança de uma das variantes, não ocorre uma mudança linguística: as formas variantes convivem, cada qual com seu campo de atuação, configurando-se como variação estável; ou a variante inovadora, mesmo que recorrente, não suplanta a variante conservadora, desencadeando um processo de manutenção linguística.

Considerando esse último processo, vê-se que na contramão da mudança linguística situa-se o conservadorismo linguístico. Dessa maneira, é preciso reconhecer que, assim como determinados fatores linguísticos e sociais se configuram como facilitadores de mudança linguística, outros se apresentam como favorecedores de manutenção linguística.

Dentre os diversos fatores sociais influentes nesse processo de mudança/conservadorismo linguístico, destaca-se o contato entre os falantes. De acordo com Silva Neto (1976, p.184), “o fator responsável pelo desenvolvimento e evolução das sociedades é o contato. Ele traz consigo, vindos de fora, diferentes pontos de vista, diferentes ideias, diferentes atitudes. É, em suma, o responsável pela mudança cultural.” Em contrapartida, “o isolamento condiciona um tipo arcaico da vida e, conseqüentemente, uma linguagem mais conservadora” (op.cit, p.186).

De forma relacionada à constatação de Silva Neto, Labov (1994) ressalta que, na relação entre contato e mudança, quanto maior é a frequência de contato entre os falantes, maior é a expansão da mudança. Assim, pode-se considerar que, sem o contato entre falantes de repertórios linguísticos diferenciados, a variação não se expande, ou seja, fica restrita a uma determinada comunidade de fala. Nesse sentido, a própria configuração da comunidade de fala é subjacente ao contato, o qual também pode ser compreendido sob a perspectiva das Redes Sociais (*Social Networks*).

2. O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NO CONSERVADORISMO LINGUÍSTICO

Os espaços de interação entre os indivíduos denominados por Milroy (1980) como redes sociais (*social networks*) ganharam espaço no terreno sociolinguístico na procura por uma conexão entre o isolamento das redes e a manutenção das línguas. As evidências de que as relações no interior de um grupo de pessoas eram favorecedoras ou não de mudança linguística instigaram pesquisas para a apreensão e caracterização das redes sociais³.

A pesquisa realizada por Milroy (1980), em Belfast, evidenciou que a tendência para selecionar variantes conservadoras estava associada a um nível relativamente elevado de integração na comunidade: quanto mais próxima era a rede de um indivíduo da sua comunidade, mais sua linguagem se aproximava do vernáculo local.

Para Milroy (1980), a configuração das redes sociais dos indivíduos se dá mediante *laços sociais*. Tais laços podem ser caracterizados como fortes ou fracos. Os *laços fortes* são aqueles estabelecidos nos vínculos sociais com parentes, vizinhos e amigos, através de elevado grau de intimidade, cujo contato é contínuo e rotineiro. Já os *laços fracos* são decorrentes de atividades variadas, como as profissionais, com menor intensidade e sem vínculos extremos. Esses laços permitem a distinção entre redes de primeira e de segunda ordem: constituem redes de primeira ordem as formadas pela família e por amigos; e de segunda as compostas por pessoas com as quais o indivíduo passa uma boa parte do tempo, mas não confiando a elas segredos, conselhos etc. A soma dos laços constitui a tessitura da rede, a qual, nos aspectos estruturais estabelecidos por Milroy (1980), envolve a *densidade* (density) e a *multiplexidade* (multiplexity). A densidade está relacionada ao número de ligações entre os indivíduos de um grupo, enquanto a multiplexidade está na capacidade dessas ligações. Assim, como mostra Milroy (2004, p. 551), uma rede de densidade alta possui pontos interligados, inclusive entre as redes de primeira ordem e de segunda ordem. Já uma rede de baixa densidade apresenta pontos esparsos, sem ligações.

Ainda sobre a questão, Bortoni-Ricardo (1985, 2011) considera que as redes que possuem um limite territorial demarcado restrito à família e a vizinhos são consideradas isoladas; enquanto aquelas em

3. Dentre os estudos mais relevantes, Chambers (2009) destaca os de Labov (1972), Milroy e Milroy (1978), Cheshire (1982), Eckert (1989a, 1989b, 2000) e Lippi-Green (1989).

que não há um limite territorial definido, ou seja, em que as pessoas se relacionam em variados contextos sociais, tendem a ser maiores e mais heterogêneas, tornando-se integradas. Logo, associando as definições de Milroy (1980) às de Bortoni-Ricardo (1985, 2011), as redes isoladas tendem a ser densas e multiplex, enquanto as redes integradas são frouxas e uniplex.

Essas caracterizações das redes sociais têm uma grande implicação nos usos linguísticos, especialmente em relação à manutenção e à inovação linguística. As pesquisas (MILROY, 1980; MILROY & MILROY, 1985; BORTONI-RICARDO, 1985, 2011) têm apontado uma tendência para a manutenção e focalização do vernáculo nas comunidades com redes isoladas, em função da resistência à mudança linguística; e, em contrapartida, uma maior difusão dialetal nas redes integradas, mais abertas à inovação linguística. Contudo, para que se chegue a um processo de mudança linguística, não basta que um falante tenha contato com inovações. Para Milroy e Milroy (1985, p. 347), a difusão precisa ser subsequente⁴ e, apenas quando os resultados do processo de difusão dialetal são observados, é possível rotulá-los como mudança linguística.

Destaca-se, assim, o potencial que as redes isoladas apresentam no sentido de favorecer o conservadorismo linguístico. Diante do alto grau de densidade que exibe, a própria configuração dos grupos funciona como um mecanismo de resistência à mudança. Cabe destacar, conforme o faz Bortoni-Ricardo (2011, p.135), que “essa resistência não opera necessariamente ao nível da consciência. Pelo contrário, é consequência do próprio estado de isolamento”.

Nessa direção, Milroy pondera que a mobilidade geográfica está estreitamente relacionada à densidade da rede e, “em geral, as redes em áreas rurais tendem à densidade e multiplexidade, e em áreas urbanas à uniplexidade e frouxidão” (MILROY, 1987, p.137).

Portanto, no território brasileiro, considera-se, assim como Bortoni-Ricardo (1985, 2011), que as redes isoladas são características das comunidades rurais, enquanto as redes integradas se constituem no espaço urbano, nas grandes metrópoles. Essa diferenciação se dá em função do processo histórico de constituição de nosso país e é acirrada pela crescente urbanização. Conforme destaca Silva Neto (1976, p. 80): “vê-se, pois, como no caso brasileiro é importante a distinção entre os falares urbanos e falares rurais”.

3. O CONSERVADORISMO LINGUÍSTICO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Ao tratar do conservadorismo linguístico no português brasileiro sob o prisma de variante conservadora/variante inovadora, é imprescindível abordar certos elementos da história do Brasil, tendo em vista que a sua caracterização linguística está estritamente ligada à constituição histórica, social e demográfica, conforme têm evidenciado os filólogos e os linguistas da Linguística Histórica, dentre os quais se destacam, numa linha cronológica, Serafim da Silva Neto, Antonio Houaiss, Sílvio Elia e Rosa Virgínia Mattos e Silva.

4. “Inovações do falante, assim como outras inovações, podem ser classificadas em termos de seu sucesso na difusão subsequente, como se segue: (1) Uma inovação do falante pode deixar de difundir além do falante, (2) A inovação do falante pode se difundir em uma comunidade com a qual ele/ela tem contato, e não ir mais longe, (3) Uma inovação do falante pode se difundir em uma comunidade com a qual ele/ela tem contato e, posteriormente, difundir daquela comunidade para outras comunidades, através de um falante inovador que tem laços com ambas as comunidades. Quando os resultados desse processo são observados, tende-se a rotular os resultados como ‘mudança linguística’ ”. (MILROY & MILROY, 1985, p. 347)

Durante a sua história, o Brasil vivenciou momentos bastante representativos para sua formação linguística, os quais estão diretamente associados à distribuição da população brasileira pelos espaços sócio-geográficos rurais e urbanos. Na linearidade temporal, observa-se que a ocupação dos territórios rurais predominou durante o período colonial (1532-1822), enquanto a urbanização ocorreu somente a partir da independência do país e foi fomentada, de fato, após a segunda metade do século XX.

Sobre essa ocupação, Teyssier (1982, p. 94) esclarece que “em todo o período de colônia o Brasil permanece um país essencialmente rural”. Essa característica também é evidenciada por Cunha (1968), para o qual as cidades e vilas do período colonial não preenchiam certas funções urbanas que obrigassem ou incentivassem a fixação do elemento humano, disperso pelas plantações, pelas fazendas, pelos engenhos, pelas minas.

O que reverteu esse quadro foi a urbanização que a cidade do Rio de Janeiro vivenciou ao longo do século XX. Assim, a urbanização se fez, paulatinamente, mais crescente, e o êxodo rural foi um fenômeno recorrente. O espaço urbano oferecia a possibilidade de ascensão socioeconômica e, diante disso, o morador do campo migrava para as cidades em busca de melhoria de vida. Na atualidade, observa-se, cada vez mais, a diminuição da população rural e a aglomeração de pessoas nas grandes cidades.

Porém, apesar da constante redução, há, no Brasil, uma parcela expressiva da população que vive em áreas rurais. Nesse sentido, há de se levar em conta que

[...] o Brasil ainda hoje representa um conjunto de duas épocas estratificadas. No “sertão” encontraremos um quadro arqueológico da nossa civilização colonial no que diz respeito à raça, economia, costumes, folclore, mística. Não será muito exagerado dizer que em algumas regiões achamos os séculos XVII e XVIII. Isto é o que Pinder chamaria, a “não-contemporaneidade do contemporâneo” (SILVA NETO, 1976, p.113-114).

Diante disso, reforça-se que o delineamento rural x urbano não se esgota na divisão temporal da mobilidade geográfica acelerada no século XX. A divisão também é social, e, até hoje, há comunidades rurais que não se urbanizaram, que continuam no ritmo colonial. E isso não ocorre só no “sertão”, em virtude do isolamento geográfico; isso também é motivado pelo isolamento social, conforme foi visto na seção anterior. Como afirma Isquerdo (1998, p.105),

[...] percorrendo diuturnamente os mesmos caminhos, realizando uma atividade que não exige inovação tecnológica, o homem da mata, assim como não inova seu ritmo de vida, não necessita também inovar sua linguagem.

Como se evidencia, o conservadorismo sociocultural se associa ao conservadorismo linguístico, de tal modo que “a língua falada por grupos que habitam no meio rural é passada de geração para geração sem significativas alterações” (ISQUERDO, 1998, p.104).

Portanto, pode-se considerar que o Brasil é, na atualidade, caracterizado e dicotomizado pelos seus espaços rurais e urbanos, pelas culturas rurais e urbanas e pelos “falares rurais e urbanos” (SILVA NETO, 1976, p. 80). Tem-se, nesses cenários, a atribuição da característica de inovação à urbanização, fomentada em meados do século XX; e o caráter conservador à ruralidade, marca do período colonial. A inovação e o conservadorismo se encontram nos hábitos, nas práticas profissionais, na política, na economia, na cultura etc. e se refletem na língua.

Sobre essa questão, Elia (1976, p.129-130) considera que:

[...] durante o período colonial, a cultura latina-cristã que os descobridores introduziram no Brasil nunca deixou de ser fortalecida com novos contingentes, que vinham unir-se aos mesmos representantes dessa cultura que se constituiu em nossa terra. Como portugueses, luso-descendentes, mestiços integrantes das classes dirigentes, eram portadores de uma cultura superior (porque já desenvolvera algum tipo de civilização), os elementos dessa cultura se foram impondo progressivamente e, entre eles, em posição proeminente, a língua. E foi a língua dessa cultura superior que se tornou a língua nacional do Brasil, na sua variante denominada “cultura”. Essa variante culta foi um fenômeno de urbanização, pois nas cidades se centravam a elite do saber. [...] Não tardaria que o Rio de Janeiro, primeira capital do Brasil independente, viesse a converter-se no foco de constituição e irradiação desse novo padrão linguístico.

Esse cenário apontado por Elia (*op.cit*) justifica as palavras de Lucchesi (2001, p. 107) no sentido de que

[...] já há algumas décadas, **o Brasil é um país eminentemente urbano**, cujas grandes metrópoles exercem uma profunda e extensa influência sobre as demais regiões. Essa influência cultural e linguística passa pela enorme expansão da malha rodoviária, pelo vertiginoso desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e pela massificação do ensino básico, em que pese toda a precariedade do sistema de educação pública. Assim, configura-se a tendência da mudança do português popular em direção aos modelos da norma culta, que atingem e influenciam as camadas mais baixas da população através da televisão, do rádio ou pelo contato direto, ou mesmo através do precário sistema de ensino. (grifo nosso)

Em função da urbanização e dos aspectos a ela associados, a cultura rural passou a ser, gradativamente, desvalorizada. O ideário de que a “civilização” estava nos centros urbanos favoreceu o desprestígio das comunidades rurais, como se percebe até na atualidade. Essa desvalorização e esse desprestígio se refletem na língua, como já apontava Labov (1972).

Nesse sentido – e na direção oposta ao processo de conservadorismo linguístico –, vê-se a atuação da escola e da mídia como um fator que busca homogeneizar a língua em todo o território brasileiro, independentemente das divisões sócio-geográficas. Essa pretensa homogeneização se dá rumo à fala urbana, que, por sua vez, caminha em direção à língua padrão, à língua dos nossos colonizadores europeus, já que, até hoje, é a língua portuguesa (e não o português brasileiro) que ocupa o lugar central (e/ou único) nas escolas brasileiras, bem como nos meios de comunicação em massa.

Em síntese, o fato de o Brasil ter sido “um país essencialmente rural” no período colonial e hoje se configurar como “um país eminentemente urbano” se reflete na polarização linguística rural/urbana que se evidencia no português brasileiro atual, em função de um “conjunto de duas épocas estratificadas”. Da mesma forma – e como consequência –, os espaços geográfico-sociais, polarizados em função da história do nosso país, tendem a refletir o perfil linguístico conservador/innovador, embora, para essa caracterização, seja preciso levar em consideração, também, a influência da mídia e da escola.

3.1. O falar urbano e o falar rural: diferenças oriundas do processo sócio-histórico de formação do português do Brasil

A polarização do falar característico dos espaços geográfico-sociais rurais e urbanos é fundamentada nas particularidades de cada uma dessas variedades, no que tange a aspectos fonéticos, morfológicos e sintáticos. Evidentemente, as diferenças entre a fala rural e a urbana não interferem na “unidade” do português brasileiro⁵. Tem-se “diversidade na unidade” e “unidade na diversidade”, conforme destaca Silva Neto (1976).

Dentre as pesquisas sociolinguísticas brasileiras, há vários estudos que se voltam para a descrição dos falares brasileiros. Ao longo do desenvolvimento da linguística brasileira – e também da filologia –, alguns autores se enveredaram pela caracterização do falar rural, e outros, mais recentemente, se esforçam para a descrição do português urbano, como é o caso do Projeto Norma Urbana Culta – NURC. De modo paralelo, encontra-se, atualmente, através da iniciativa do Projeto Para a História do Português Brasileiro – PHPB –, um extenso detalhamento sobre a configuração da nossa língua.

Em relação ao falar rural, Melo (1971, p.109) defende a tese de que o falar rural é o mesmo em qualquer lugar, com singularidades compostas por “pormenores”; e Silva Neto (1976, p. 142) acredita que essa unidade pode ser explicada pelo fato de que “os falares rurais se originaram de um falar único, primeiro amalgamado na faixa costeira”.

Apesar do aparente radicalismo das afirmações, elas são pertinentes na medida em que se baseiam na característica de simplificação evidente na variedade rural, que, como já dito, foi desenvolvida no português brasileiro juntamente com o período colonial. Àquela época, conforme Teyssier (1982, p.93-94), o português europeu, o índio e o negro constituíam as três bases da população brasileira e, em decorrência disso, o processo de formação do português brasileiro foi influenciado por eles.

Para Silva Neto (1976, p.115),

[...] na constituição do português brasileiro há desde o século XVI duas *derivas*: a) uma *deriva* bastante conservadora, que se desenvolve portanto muito lentamente e b) uma *deriva* a que condições sociais próprias imprimem velocidade inesperada. No primeiro caso temos o falar de uma população proveniente de vários pontos de Portugal que, posta em contato num meio tão diverso, elaborou um denominador comum que não participava das mudanças operadas na metrópole e que, por isso mesmo, era muito conservador. No segundo, pelo contrário, temos o falar de grandes massas que tiveram de aprender a língua dos senhores de modo imperfeito e muito rapidamente.

Ocorreu, portanto, uma situação de contato entre pessoas de línguas diferentes (português, tupi, banto etc.) e, sem entrar no mérito da discussão da crioulização linguística – até porque, aqui, o foco não está na origem, mas sim no fruto desse contato –, a caracterização da fala rural se deve à forma de aprendizagem da língua emergente.

5. Considera-se aqui, assim como Bortoni-Ricardo (2004), que as variedades rurais e urbanas formam um *continuum* dialetal, em cujo centro estão as variedades “rurbanas”, a mistura dos dois polos. Contudo, neste estudo, priorizaram-se os extremos rural/urbano.

Como destaca Elia (1976, p.157-158),

[...] essa linguagem rural brasileira, de notável unidade, representa em parte uma conservação de formas antigas portuguesas que se arcaizaram na língua padrão, em parte também um conjunto de alterações e simplificações introduzidas na língua portuguesa por falantes, em muitos casos aloglotas, que a aprenderam de oitiva.

O aprendizado de “oitiva” fomentou um conjunto de alterações no português brasileiro do período colonial, ou seja, na variedade rural. Dentre essas características, podem-se elencar, com base em Amaral (1982 [1951]), Nascentes (1953) e Melo (1981)⁶, as seguintes:

a) No nível fonético: nasalização do /i/ (igual>ingual, igreja>ingreja); perda de nasalização da vogal átona final (virgem>virge); síncope (côcega>cosca); inversão do /w/ (tábua>tauba); redução dos ditongos (baixo>baxo, autoridade>otoridade); vocalização da palatal /λ/ (filha>fia) ou hipercorreção (alfaiate>arfalhate); permuta de /l/ > /r/ e /v/ > /b/ (problema>probrema; verruga>berruga); apagamento de diferentes segmentos sonoros (*pode>pó, perto>per, como é>cumé, com a >ca, dentro da>denda, para>pa/pra, pra você>procê*) etc.

b) No nível morfológico: flexão de plural apenas em um elemento do sintagma nominal (os livros>os livro); ausência ou pouco uso do subjuntivo (ame>amá); prevalência da desinência de terceira pessoa do singular no uso dos verbos, exceto na primeira pessoa do singular (eu amo, tu/você/ ocê,/ cê ama, ele/ei ama, nós ama, voceis/ôceis/ceis ama, eles/eis ama), o que resulta na ausência de concordância verbal; alteração fonética das desinências do pretérito perfeito do indicativo (foram>foru; andaram>andaru) etc.

c) No nível sintático: emprego dos pronomes retos como acusativo (ele viu nós na casa; não vi tu lá) etc.

Em contrapartida, com a mudança do cenário brasileiro para os espaços urbanos, a língua também se viu propícia à mudança. Embora a língua falada nos centros urbanos se tornasse muito mais próxima da língua culta (padrão) do que a falada nos distritos rurais –como aponta Lima Sobrinho (2000, p. 199), o que define uma língua é o uso: são os falantes que fazem com que uma língua exista e lhe dão a configuração de seu *status quo*. Por isso, a língua falada nos centros urbanos não era e nem é idêntica à “língua portuguesa”, presente nas gramáticas normativas. Diante disso, na atualidade, com os estudos descritivos sobre o falar urbano brasileiro, tem-se uma maior clareza sobre as variedades. Preti (1997, p.18-19) considera que:

[...] primeiramente, é preciso lembrar que, dentro do contexto social das últimas décadas do século, tem predominado no Brasil, um processo de uniformização cultural, em decorrência de um fenômeno político de democratização, acentuado, entre nós, nos anos noventa, mas já perfeitamente observado nos fins da década de setenta. Esse processo vem se estendendo a uma faixa cada vez maior da comunidade urbana as possibilidades de acesso à escola (e até mesmo à universidade), assim como lhe tem proporcionado um acesso mais fácil e intenso à informação, às fontes de notícia, aos meios informatizados. Por outro lado, um lazer, de certa maneira uniforme, preparado para atingir indistintamente todas as classes sociais, vem

6. O critério de elencar as características da fala rural envolve aquelas que são consideradas como traços descontínuos no português brasileiro, já que há determinados usos que são comuns à fala rural e à urbana (traços graduais) (cf. Bortoni-Ricardo, 2004).

aumentando de forma acentuada a presença da *mídia* na cultura contemporânea, levando a sua linguagem oral e escrita a tornar-se padrão até para estudos da norma escolar.

A influência da cultura, da escola e da mídia é de fundamental importância para a delimitação do falar urbano. Numa escala, como se observa nas palavras de Preti citadas acima, a mídia possui o maior peso para a população, porque afeta a escola e a cultura e está acessível para a maior parte da população brasileira, em todas as regiões do país⁷. Nesse sentido, o autor complementa:

[...] a linguagem do jornal, mas também a do rádio, da TV, do cinema, do teatro e da propaganda, mesmo quando escrita, representa uma associação do oral com o escrito, valendo-se das estruturas da fala espontânea, associadas aos preceitos da gramática tradicional, o que se tornou norma na linguagem urbana comum. (PRETI, 1997, p.19)

Ora, entendendo a “norma” para além do normativo, a fala urbana comum apresenta regularidades, normalidades em seus usos, o que permite a definição de uma norma urbana comum, em oposição à norma padrão (das gramáticas normativas). Essas regularidades se evidenciam através de determinados usos, os quais, com base em Preti (1997), são:

a) No nível fonético: aférese (está>tá); síncope (para>pra); ditongação (vocês > voceis); alteamento de vogais (e>i/ o>u) etc.

b) No nível morfológico: apagamento do /r/ do infinitivo (falar>falá); monotongação no pretérito perfeito (*falou>falô*); redução da desinência do gerúndio (falando> falanu); ausência de concordância entre o verbo e sujeito, principalmente quando o sujeito é posposto (baixou os preços) etc.

c) No nível sintático: alteração na regência verbal (assistir ao filme>assistir o filme; ir ao cinema>ir no cinema); emprego do pronome reto de terceira pessoa como acusativo (ele viu ele na casa; não vi ele lá) etc.

As diferenças entre a fala rural e a fala urbana revelam, desse modo, o processo sócio-histórico de formação da nossa língua. Muitos outros aspectos poderiam aqui ser elencados no tocante a particularidades dentro de cada falar. Contudo, neste momento, o relevante é destacar que, na atualidade brasileira, a fala rural é conservadora e desprestigiada, enquanto a fala urbana é inovadora e dotada de prestígio social. Além disso, o estabelecimento da variedade urbana é fruto de um processo bastante divergente daquele que constituiu a variedade rural. Enquanto nesta o aprendizado foi assistemático, de “oitiva”, naquela houve, inicialmente, grande influência da escola, com seu caráter normatizador e, posteriormente, de um forte papel unificador desempenhado pela mídia. Essa diferença foi fundamental na formação do português brasileiro e ainda o é pelo que se pode perceber na diversidade linguística em nosso país.

7. Cabe destacar que a mídia, hoje, tem abrangência nacional. A maioria das comunidades rurais tem acesso aos meios de comunicação e, sem dúvidas, também sofrem influência linguística do meio urbano. Por isso, mais uma vez, vale lembrar o continuum de urbanização que se estabelece na variação do português brasileiro (cf. Bortoni- Ricardo, 2004)

3.2. O conservadorismo linguístico na atualidade brasileira: o fenômeno da marcação da concordância de número no município de Oliveira Fortes-MG

Corroborando as questões pontuadas até aqui, ou seja, a relação entre variação, mudança e não mudança linguística, contatos linguísticos e redes sociais (*social networks*) e o processo socio-histórico de polarização rural/urbana no Brasil, tanto no âmbito geográfico como linguístico, trazem-se alguns dados da pesquisa sociolinguística sobre o município de Oliveira Fortes-MG, iniciada em 2011 e finalizada em 2013.

O objeto da pesquisa foi a variação na marcação de número nos sintagmas nominais e verbais. Após a constituição do *corpus sociolinguístico do município de Oliveira Fortes-MG* (cf. RIBEIRO, 2013), com vinte e quatro informantes, verificou-se que, dentre as 1407 ocorrências da variável concordância de número no sintagma nominal (SN) e 810 ocorrências da variável concordância de número no sintagma verbal (SV), houve o predomínio da variante ausência de marca explícita de número em 89,6% nos SNs (1261 ocorrências) e 80,6% nos SVs (653 ocorrências).

Tal resultado evidencia que, embora a tendência do país seja a marcação explícita de número nos elementos que compõem o SN e o SV (BRAGA, 1977; LEMLE & NARO, 1977; NICOLAU, 1984; BORTONI-RICARDO, 1985; VIEIRA, 1995; NARO & SCHERRE, 1991, 1993, 1999, 2007; SCHERRE, 1978, 1988, 1994, 1998, 2001; SCHERRE & NARO, 1992, 1993, 1998, 2000, 2006; entre muitos outros), ainda há localidades, como Oliveira Fortes-MG, que conservam a variante prototípica do período em que o Brasil era essencialmente rural. A razão disso parece estar relacionada à configuração das redes sociais dos moradores, atrelada às particularidades do município, conforme será aprofundado a seguir.

Para tratar da configuração das redes sociais dos falantes de Oliveira Fortes-MG, partiu-se das informações obtidas durante o contato com os vinte e quatro participantes da pesquisa através da ficha social, bem como dos relatos durante a entrevista. Cabe destacar que, para a obtenção do *corpus* da pesquisa, os informantes foram selecionados de modo aleatório e estratificado, e não através da metodologia específica para a depreensão de redes sociais (como *friends to friends*). A identificação das redes sociais, nesse sentido, foi feita em um segundo momento e, assim, em função das características peculiares do município pesquisado, como a população de 2.123 habitantes, a vocação rural da localidade e a limitação dos espaços públicos, foi constatado que os informantes selecionados apresentavam, entre si, algumas relações pessoais. Tais relações eram de parentesco, de vizinhança ou mesmo de convivência no município, como na igreja ou na escola. Em função disso, foi possível traçar o diagrama a seguir, que possibilita a visualização dessas relações, já que, de acordo com Milroy (1980), a tessitura da rede social, moldada a partir dos laços sociais, permite delimitar o perfil linguístico dos componentes dessa rede.

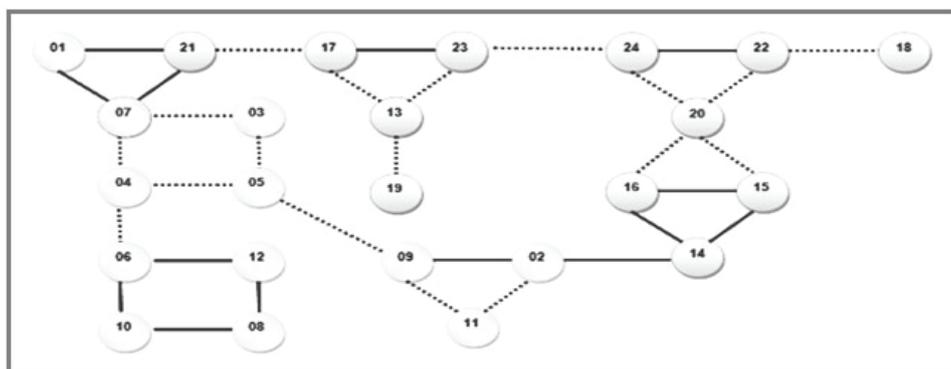


Figura 1: Tessitura da rede social dos informantes de Oliveira Fortes-MG⁸

Como se observa, as redes sociais dos informantes pesquisados estão bastante interligadas⁹. Pela característica do município, aliás, se fossem trocados os informantes, a tessitura da rede não sofreria muitas alterações: na comunidade, todos se conhecem e/ou têm relações de parentesco (como é comum nas comunidades rurais distribuídas ao longo do território brasileiro).

Diante disso, em relação ao fenômeno investigado (a variação na marcação de número no SN e SV), podem-se observar duas forças atuando na configuração linguística do município: uma em direção à ruralidade em função das raízes sociais do município; e outra em direção à escolaridade. No plano linguístico, essas forças se refletem, respectivamente, em direção ao conservadorismo linguístico e à inovação linguística. Porém, entre essas forças, há a influência da interação, dos contatos interpessoais constantes, isto é, das redes sociais. A figura a seguir objetiva ilustrar a atuação dessas forças:



Figura 2: Forças atuantes no perfil sociolinguístico da comunidade

No perfil dos informantes do município, observa-se a atuação dessas forças e, em síntese, identifica-se que: a) para os informantes analfabetos ou semiescolarizados, as redes sociais funcionam como um intermédio para o avanço do falante à direita da seta (rumo ao polo da escolarização). Assim, o contato com falantes que utilizam a marcação explícita de plural em todos os elementos do sintagma, seja em interação direta ou indireta (como no caso dos meios de comunicação) é o que parece influenciar na aprendizagem da nova variante; b) para os informantes escolarizados, as redes sociais funcionam como uma “barreira” para a sobreposição da variante de prestígio à variante conservadora. Em decorrência de os falantes, em seu dia-a-dia, manterem o seu círculo de interação restrito à comunidade – cuja

8. No esquema, os informantes estão identificados por números de 01 a 24, conforme a ordem no corpus. Os laços fortes são mostrados em linha contínua e os laços fracos em linha pontilhada.

9. Na figura, é explorado apenas um laço social por informante, mas, na verdade, é como se, tridimensionalmente, perpassasse uma linha de laço fraco (ou, talvez, um laço de conhecimento, de 3.ª ordem) entre todos.

maioria dos moradores possui ligação com o meio rural –, se sentirem satisfeitos com o ambiente em que vivem e/ou não almejem mudança para um meio mais urbano, a força do apego às raízes direciona-os à ruralidade; c) para os informantes que apresentam perspectivas de mudança de vida, a qual inclui a saída da comunidade para contato com outro meio urbano, a força da escolaridade tende a ser mais forte do que o círculo social e a ruralidade (é através desse tipo de informante que incidem, no *corpus*, ocorrências da variante inovadora, mas, metaforicamente, pode-se dizer que “a mudança vai embora”).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todos os aspectos discutidos neste trabalho, é possível encontrar, ainda hoje, por razões bastante específicas, mas não raras, a não mudança diante de um processo de variação. A configuração das redes sociais dos moradores (com alta densidade e multiplexidade – MILROY (2004)) e as particularidades do município (território, ainda, sócio-geograficamente isolado – BORTONIRICARDO (1985, 2011)) são fatores sociais que favorecem a manutenção linguística; e o município de Oliveira Fortes-MG é apenas um dos numerosos exemplos de localidades brasileiras em que é possível comprovar tal situação.

A pesquisa realizada em Oliveira Fortes-MG permitiu, através dos dados e das análises, a confirmação da hipótese de que o município tende ao conservadorismo linguístico no fenômeno da marcação de número nos sintagmas nominais e verbais. Portanto, os estudos da variação e mudança linguística podem, também, se empenhar na investigação sobre a não mudança, ressignificando a discussão sobre o conservadorismo linguístico, com o respaldo da perspectiva laboviana, no que se refere à contraposição entre variante conservadora/variante inovadora, e do percurso histórico das variantes em competição dentro do território nacional.

Também é preciso considerar que essa ressignificação do conservadorismo linguístico vem atrelada à teorização sobre os contatos linguísticos, que ratifica o papel das redes sociais dos falantes no repertório linguístico de uma comunidade. Assim, pode-se averiguar que o conservadorismo linguístico está relacionado à baixa densidade e à multiplexidade das redes sociais, as quais tendem a se tornar isoladas. Nessa direção, enfatiza-se que, no caso do Brasil, é pertinente julgar que os espaços rurais são mais propícios ao conservadorismo linguístico.

Entretanto, este estudo não explorou todas as questões que permeiam o conservadorismo linguístico dentro de uma comunidade. Outras pesquisas ainda precisam ser realizadas sobre essa temática no Brasil¹⁰, considerando, por exemplo, questões identitárias e educacionais.

10. Sugere-se o aprofundamento da investigação e da discussão sobre o conservadorismo linguístico nas comunidades rurais (e/ou de vocação rural) em outros estudos, de modo a identificar se a manutenção linguística: i) está no nível da consciência dos falantes; ii) é uma questão de “escolha” do falante; iii) é fruto do pouco ou inadequado acesso à escolarização; e iv) é condição para o pertencimento ao grupo. Também julga-se necessário refletir sobre o papel da escola e do ensino de língua materna nessas comunidades.

VARIATION, LINGUISTIC CHANGE AND LINGUISTIC NON-CHANGE: REFRAMING THE LINGUISTIC CONSERVATISM IN BRAZILIAN PORTUGUESE

ABSTRACT

This work intends to reframe the understanding of linguistic conservativeness in the Brazilian Portuguese. Based on the Variationist Sociolinguistics and on studies about Social Networks, we discuss the linguistic variation, the linguistic change and the context in which change does not happen, with special attention to the language maintenance (MILROY, 1992), considering the co-occurrence of variants. Taking into account the number agreement variation in noun phrases and verbal phrases, it is argued that extralinguistic factors for the high frequency of the variant absence of agreement in a given speech community are related to the historical configuration of the Brazilian Portuguese and to the country territorial polarization rural/urban.

KEY WORDS: Linguistic Variation and Change; Linguistic Conservativeness; Contact; Social Networks; Number agreement.

REFERÊNCIAS

Amaral, A. (1982 [1951]) *O dialeto caipira: gramática, vocabulário*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL/MEC.

Bortoni-Ricardo, S. M. (1985). *The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (2011). *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. Trad. Stella Maris Bortoni-Ricardo e Maria do Rosário Rocha Caxangá. São Paulo: Parábola.

Braga, M. L. (1977). *A concordância de número no sintagma nominal no triângulo mineiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC.

Chambers, J.K. (2009). *Sociolinguistic Theory*. 3 ed. Oxford: Blackwell.

Cunha, C. (1968). *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Elia, S. (1976). *Ensaio de Filologia e Linguística*. 3 ed. Rio de Janeiro: Grifo.

Isquierdo, A. N. (1998). Vocabulário regional na Amazônia Acreana. *ALFA*, São Paulo, 42 (n.esp.), p. 93-107

Labov, W. (1972). *Sociolinguistic Patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.

_____. (1982). Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W., MALKIEL, Y. (eds.) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

_____. (1994). *Principles of linguistic change – internal factors*. Malden/Oxford: Blackwell.

- _____. (2001). *Principles of linguistic change – social factors*. Malden/Oxford: Blackwell.
- Lemle, M. & Naro, A. J. (1977). *Competências básicas do português*. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro (MOBRAL) e Fundação Ford. Rio de Janeiro.
- Lima sobrinho, B. (2000). *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*, 2 ed. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
- Lucchesi, D. (2001). As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *DELTA*. vol. 17. São Paulo: Educ.
- Melo, G. C. (1971). *Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- _____. (1981). *Língua do Brasil*. Rio de Janeiro. Padrão Livraria Editora.
- Milroy, L. (1980). *Language and social networks*. Oxford: Blackwell.
- _____. (1987). *Language and networks*. GB: Brasil Blackwell.
- _____. (1992). *Linguistic variation and change*. On the historical sociolinguistics of English. GB: Brasil Blackwell.
- _____. (2004). Social Networks. In: Chambers, J. K., Trudgill, P. & Schilling-estes, N. (eds.) *The Handbook of Language Variation and Change*. Oxford: Blackwell Publishing. p. 549-572
- Milroy, L.; Milroy, J. (1985). Linguistic change, social network and speaker innovation. In: *Journal of Linguistics*, vol. 21, Cambridge: Cambridge University Press, p. 339-384.
- Naro, A. J.; Scherre, M. M. P. (1991). Variação e Mudança Linguística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala. In: *Cadernos Estudos Linguísticos* Campinas (20) Jan/Jun, p. 9-16.
- _____. (1993). Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 9, p. 437-454.
- _____. (1999). A influência de variáveis escalares na concordância verbal. A cor das letras. *Revista do Departamento de Letras e Artes*. n. III. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, p. 17-34.
- _____. (2007). *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Nascentes, A. (1953). *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões.
- Nicolau, E. M. das D. (1984). *A ausência de concordância verbal em português: uma abordagem sociolinguística*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Preti, D. (org). (1997). *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.

- Ribeiro, P. R. O. (2013). *O perfil sociolinguístico do município de Oliveira Fortes-MG: a concordância nominal e verbal*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Scherre, M. M. P. (1978). *A regra de concordância de número no sintagma nominal em português*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC.
- _____. (1988). *Reanálise da concordância nominal em português*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. (1994). Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) – Norma e Variação do Português*. Associação das Universidades de Língua Portuguesa, p. 37 – 49.
- _____. (1998). Paralelismo Linguístico. *Revista de estudos da linguagem*. v. 7, nº 2. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, p. 29 – 59
- _____. (2001). Phrase level parallelism effect on noun phrase number agreement. *Language Variation and Change*. n. 13. Cambridge: Cambridge University Press, p. 91-107
- Scherre, M. M. P.; Naro, A. J. (1992). The serial effect on internal and external variables. *Language Variation and Change*. Cambridge: Cambridge University Press, v. 4, n. 1, p. 1-13
- _____. (1993). Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. *DELTA*, vol. 9, nº. 1. São Paulo: EDUC, p. 1- 14.
- _____. (1998). *Sobre a concordância de número no português falado do Brasil*. In: Ruffino, Giovanni (org.) *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, p. 509- 523.
- _____. (2000). A hierarquização do controle da concordância no português moderno e medieval: o caso de estruturas sujeito simples. In: GrobeE, S. & Zimmermann, K. (eds). *O português brasileiro: pesquisas e projetos*. vol. 17. Frankfurt AM Main: TFM.
- _____. (2006). Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro. *SCRIPTA*. v. 9, n. 18. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, p.109-131.
- Silva Neto, S. (1976). *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro. Presença Edições.
- Teysier, P. (1982). *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- Vieira, S. (1995). *Concordância verbal: variação em dialetos populares do Norte Fluminense*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Weinrich, U.; Labov, W.; Herzog, M. I. (2006 [1968]). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial.